



## EXAME DE ORDEM 03/2006

### PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

#### TURNO MANHÃ

#### QUESTÕES PRÁTICAS

### Área de Opção: Direito Penal e Processual Penal

#### Instruções

1. Verifique se este caderno contém **05 questões práticas** e se a área de opção está correta. Caso contrário, solicite um novo caderno ao fiscal da sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. Responda às questões com letra legível, utilizando caneta de tinta azul ou preta e procurando não ultrapassar os limites propostos.
3. Observe que **não** é permitido o uso de corretivo líquido ou borracha.
4. Evite formular perguntas após o início da prova. O entendimento da questão faz parte da avaliação.
5. **Não aponha sua assinatura no corpo das folhas de respostas nem coloque qualquer sinal de identificação.**
6. Não se retire da sala antes de transcorrida **1 hora** do início da prova.
7. Devolva, ao término da prova, **o caderno de questões e as folhas de rascunho** ao fiscal da sala.
8. Lembre que o tempo de duração da prova é de **4 horas**.

**Observação:** Preencha o nome em letra de forma, aponha sua assinatura e seu número de inscrição e indique a cidade de realização da prova. Não faça nenhum sinal identificador em qualquer outro campo deste caderno.

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

Cidade de Prova: \_\_\_\_\_

---

## QUESTÕES PRÁTICAS

**Questão 01.** Carlos cumpre pena de 5 anos de reclusão no regime fechado pelo delito de associação para o tráfico de substância entorpecente desde 24/01/2003. Trata-se da sua primeira e única condenação. Em 17/02/2004, envolveu-se em contratempo dentro do presídio, o que foi reconhecido judicialmente como falta de natureza média, prevista expressamente no Regimento Disciplinar Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul. Em 05/08/2005, participou de rebelião na casa prisional e, em 10/10/2005, este fato foi reconhecido judicialmente como falta de natureza grave. O Juiz, na mesma audiência, determinou que fosse iniciada nova contagem de 1/6 da pena para fins de progressão de regime a partir da falta grave.

Diante do exposto, responda:

- a partir de que data conta-se o prazo para o cálculo do livramento condicional? **(até 0,3)**
- qual a fração mínima de tempo prevista em lei para que seja possível requerer o livramento condicional? **(até 0,3)**
- segundo a legislação federal em vigor, a quem cabe a comprovação do bom comportamento carcerário do preso para fins de livramento condicional? **(até 0,2)**
- qual o fundamento legal da resposta relativa ao item **c**? **(até 0,2)**

---

**Questão 02.** João trafegava pela Avenida Beira Rio em seu carro ao mesmo tempo em que falava ao celular com sua namorada, Maria, e olhava para o movimento dos pedestres que por ali passavam, quando, de forma negligente, atropelou Lauro, que atravessava a via sobre a faixa de segurança, causando-lhe a morte.

Diante do exposto, responda:

- de acordo com o princípio do devido processo legal e a legislação em vigor, que rito processual deverá ser adotado para o processamento da ação penal? **(até 0,7)**
- qual o fundamento legal? **(até 0,3)**

---

**Questão 03.** Roberto, com 19 anos à época do fato, foi denunciado em 10/04/2002 pela prática do delito de lesões corporais leves em vista do ocorrido em 05/01/2002. Por não aceitar o acusado a transação penal e a composição civil, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, propôs a suspensão condicional do processo, sendo que a inicial acusatória foi recebida em 23/12/2002. O acusado, no entanto, não foi intimado para a audiência na qual foi recebida a denúncia, o que acabou por justificar a marcação de nova solenidade para 23/05/2003, ocasião em que a suspensão condicional do processo foi aceita e determinada por 2 anos. Descumpridas as condições da suspensão, o feito foi retomado em 03/03/2005. Em 06/02/2006, foi prolatada sentença condenatória, que fixou pena privativa de liberdade de 9 meses, substituída por prestação de serviços à comunidade. A decisão transitou em julgado para o Ministério Público em 10/03/2006.

Diante do exposto, responda:

- em recurso de apelação da defesa, afora a discussão acerca das próprias lesões, que pedido pode ser formulado? **(até 0,3)**
- qual a justificativa para sua resposta? **(até 0,4)**
- quais os fundamentos legais? **(até 0,3)**

**(SEGUE NO FINAL DO CADERNO)**

---

**Questão 04.** Pedro foi preso pela Polícia Rodoviária Federal, na cidade de Passo Fundo-RS, quando transportava ilegalmente 50 tartarugas-tigre. Ao receber o flagrante, o Juiz Federal de Passo Fundo concedeu liberdade provisória. A seguir, Pedro recebeu citação da Vara Federal Criminal de Passo Fundo, intimando-o para ser interrogado em 14/03/2007 pela prática, em tese, do delito previsto no art. 29, § 1º, inc. III, e § 4º, inc. I, da Lei nº 9.605/1998.

Contra a decisão que recebeu a denúncia e citou o réu, indique:

- a) que medida poderá o advogado adotar; **(até 0,5)**
- b) a justificativa de tal medida; **(até 0,3)**
- c) o fundamento legal. **(até 0,2)**

---

**Questão 05.** Lúcio foi acusado, processado e julgado por tráfico ilícito de entorpecentes. O Tribunal de Justiça, quando do julgamento das apelações acusatória e defensiva, julgou procedente a primeira e improcedente a segunda para condenar o réu às penas de 8 anos de reclusão e multa. Foram interpostos pela defesa os necessários embargos para o reexame da matéria e, concomitantemente, o recurso ao Superior Tribunal de Justiça, que decidiu pela anulação do julgamento proferido pelo Tribunal de Justiça, uma vez que o defensor habilitado não fora intimado previamente do julgamento. Baixados os autos, o Tribunal de Justiça, agora com o defensor devidamente intimado, proferiu novo julgamento, impondo ao réu as penas de 9 anos e 2 meses de reclusão e multa.

Diante do exposto, responda:

- a) está correta tal decisão? **(até 0,2)**
- b) qual a justificativa para sua resposta? **(até 0,8)**

**Observação:** Conforme o artigo 19 do Regulamento do Exame de Ordem 03/2006, a nota final da prova prático-profissional será expressa, em números inteiros, na escala de 0 (zero) a 10 (dez). A cada questão prática será atribuída nota na escala de 0 (zero) a 1 (um) e, à peça processual, nota de 0 (zero) a 5 (cinco). As questões práticas e a peça processual corresponderão ao peso de 50% (cinquenta por cento) cada uma. A nota final da prova será igual ao somatório das notas obtidas nas questões práticas e na peça processual, arredondando-se, se for o caso, para o número inteiro imediatamente superior.